



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 10 DE MARÇO DE 2025

“DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS – CENÁRIO E VIOLAÇÕES EM SERGIPE.”

PROPONENTE E PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA: CAMILO DANIEL – PT

VEREADORES PRESENTES: Camilo Daniel.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Sob a proteção de Deus, em nome do povo aracajuano, declaro aberto o presente à audiência pública, que traz como tema: Direitos humanos e as empresas, cenário de violações e Sergipe. Convido para compor à Mesa as seguintes autoridades. Senhora Andréa Lima, assessora técnica para assuntos parlamentares, representando a excelentíssima senhora prefeita de Aracaju, Emília Corrêa. Jandira Uehara, Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT Brasil. Senhor Roberto Silva Santos, Presidente da CUT Sergipe. Senhor Gonzálo Berrón, que neste ato representa a Fundação Friedrich Ebert Brasil. Ismael César, que representa o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Senhor Antônio Megale, advogado da CUT Brasil. E aqui também, convidar o senhor vereador do município de Laranjeiras, Doutor Léo, para também vir aqui para a Mesa. Aproveito para citar aqui a presença da mesa por extensão do Sr. Sérgio Alves, presidente do Sinergia; dona Ivana Oliveira, representante dos trabalhadores da empresa, aliás, dos trabalhadores demitidos da empresa Progresso, da empresa de ônibus; o Sr. Alberto Marques, dirigente da CUT Sergipe, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais do município de Aquidabã; Sr. Álvaro Luiz da Silva Alves, presidente do Sindiminas, Sergipe. Sr. Admilson Lima, dirigente do Sindiminas. Sr. Jaílson dos Santos, da comunidade quilombola, do povoado Mussuca.

Neste momento, convido todos os presentes para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional. (*Execução do Hino Nacional*).

Bom, mais uma vez muito boa tarde aqui a todos os presentes. Muito feliz de a gente conseguir realizar essa audiência pública no dia de hoje, tema extremamente importante e relevante aqui para todos nós. Eu gostaria já de convidar o chefe do cerimonial da Câmara de Vereadores aqui, Amauri, para lê o Requerimento de nº 32/2025, aprovado pelo plenário desta Casa Legislativa para realização dessa audiência pública da minha autoria.

AMAURI SANTOS – CHEFE DO CERIMONIAL DA CMA

Requerimento nº 32/2025; autoria Vereador Camilo Daniel. Senhor presidente, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracaju, requeiro a vossa excelência que, em 10 de março de 2025, às 14h, seja realizada Audiência Pública com o tema: Direitos humanos e Empresas, Cenário e Violações em Sergipe. Palácio Graccho Cardoso, Aracaju/Sergipe, 13 de fevereiro de 2025. Camilo Feitosa, Vereador PT/Sergipe. Lido o requerimento, senhor vereador.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Muito obrigado, Amauri. Aproveito aqui para agradecer a presença de tanta gente querida. Estou vendo aqui muita gente da Comunidade Mussuca aqui também presente. Estou vendo aqui vários dirigentes sindicais, os companheiros do Sinergia, do Sindiminas, do Sindsan aqui presente também. Já vi Tupi ali também presente. Estou vendo aqui o nosso querido professor Dudu, dirigente da Central Única dos Trabalhadores. Estou vendo aqui nosso companheiro Lucas, dirigente da Central dos Movimentos Populares aqui presente. Estou vendo muita gente, daqui a pouco eu vou citar todo mundo. A companheirada do Sintese aqui presente. Muito bem-vindos a todos, todos aqui nessa audiência, sejam todos muito bem vindos aqui. Queria, já vou começar a passar a palavra aqui para...já vou começar a passar a palavra, digo que a tribuna pode ser utilizada ou também essa parte. Vamos dar aqui uma quantidade de 10 minutos em média. Quantos? Então, 10, 13 minutos, 10, 13, quantos vocês acharem melhor. Eu já aproveito e convido o Roberto, presidente da CUT Sergipe, para fazer uso da tribuna.

ROBERTO SILVA SANTOS – PRESIDENTE DA CUT SERGIPE

Não vou usar os 13 minutos porque a minha avaliação acho que é importante a gente ouvir aqui os companheiros, companheiras das que tem essa demanda nessa perspectiva dos direitos humanos, que estão sendo negados pelas empresas. Eu acho que o cenário de violação dos direitos que a gente entende que é importante esse espaço de construção desses 3 dias de ações que a CUT está realizando junto com DIESE, junto com a FES Brasil, construindo debates sobre os direitos humanos e empresa, na perspectiva da mineração, na perspectiva da transição energética e outras perspectivas como essa situação da Mussuca, que eu acho que nós precisamos ouvir os relatos aqui, inclusive para construirmos essa luta coletiva. Que entendemos extremamente importante dos impactos sociais, dos impactos ambientais, que muitas vezes não são levados em consideração quando se têm os investimentos, os empreendimentos empresariais são realizados. A gente tem visto muito debate sendo realizado aqui em Sergipe sobre a importância dos investimentos nessa temática da transição energética, na energia eólica, especialmente a energia solar. Mas, pouco se tem debatido sobre os impactos ambientais e sociais. Eu acho que é muito importante que esse espaço aqui a gente possa ouvir essa realidade. A mesma situação, essa situação da mineração. A mineração no nosso atendimento é um debate extremamente necessário, urgente, presente, precisa ser realizado, especialmente do que ocorreu com a Braskem em Alagoas, lá em Maceió. Essa realidade do que ocorreu lá em Maceió, nós precisamos debater profundamente como está se dando os cuidados, as normativas estão sendo seguidas pelas empresas de mineração aqui no nosso estado. Eu acho que são questões que são muito importantes e preocupantes. E que nós precisamos ouvir os companheiros aqui, que como é que eles estão vendo essas preocupações ambientais que as empresas mineradoras que atuam no estado estão realizando, e principalmente essa questão do controle do estado sobre o serviço da mineração. Como é que está se dando esse controle, especialmente Secretaria de meio ambiente. Como é que está se dando esse controle porque isso quem vai sofrer o impacto direto são as comunidades. Por isso que a gente agradece inicialmente aqui o vereador Camilo por ter aquecido a nossa solicitação da realização dessa audiência, ao mesmo tempo aqui parabenizar aqui a CUT nacional em nome da companheira Jandira que tem realizado, construído esses debates, em vários estados do Brasil, já foi construída essa discussão da mineração, da transição energética e que a gente está trazendo aqui para Sergipe. Amanhã e quarta-feira nós teremos o seminário que vai ocorrer no hotel Parque das Águas onde a gente vai estar aprofundando essa discussão da mineração. Entendo, teremos aí 3 dias ricos de debates

dessa temática e que vai engrandecer e empoderar ainda mais o movimento social e sindical aqui em Sergipe para construir essa luta. É isso.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Já convido aqui Jandira Uehara para também fazer sua saudação na tribuna.

JANDIRA UEHARA – SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS CUT – BRASIL

Boa tarde, companheiros e companheiras. Saudar aqui a Mesa em nome do vereador Camilo Daniel e agradecer muito a acolhida e a preocupação, o compromisso com esse debate que é para nós tão relevante. Cumprimentar todos os movimentos que estão aqui presentes, movimento sindical, movimentos populares em nome do nosso presidente da CUT Sergipe, Roberto. Bem, eu estou secretária nacional de direitos humanos e políticas sociais da CUT nacional. E muita pergunta, né? Esse tema, que é, que discussão é essa? Que articula direitos humanos e empresas? E nós vamos ter aqui várias pessoas que vão falar como chegamos até aqui, mas a primeira coisa que eu queria dizer é que a nossa compreensão na CUT em direitos humanos é uma compreensão de direitos humanos que vão muito além daqueles direitos civis, dos direitos políticos, mas são também os direitos que a classe trabalhadora têm: direitos econômicos, direitos sociais, direitos culturais, direitos ambientais, ou seja, o direito que toda a classe trabalhadora e todas as pessoas têm de viver dignamente, em todas as esferas da vida, né? E nós, já de muito tempo, especialmente nós que moramos nos países da periferia, do capitalismo, que hoje chamo de sul global quer dizer nós sofremos fortemente com a maneira como as empresas multinacionais, transnacionais operam nos países do Sul Global. Os países do Sul Global, como o Brasil, são os países que têm uma riqueza imensa, riqueza de minerais, de todo tipo de mineral. Agora tem os minerais, os chamados minerais críticos que serão necessários aí para transição energética, nós temos vento, nós temos sol e descobriram também que vento e sol são muito importantes, são riquezas para produção também de energia e tudo isso está aqui, ao Sul do Equador, e nós temos um país muito privilegiado em riquezas naturais. Só que ao mesmo tempo nós temos um país que é historicamente, desde o seu descobrimento, sofre, está certo? Com a esfoliação que primeiramente, os países centrais e através das corporações depois transnacionais fazem no nosso país. É por isso que a CUT, nós trabalhadores e trabalhadoras temos que trabalhar fortemente para coibir e para colocar regras na ação dessas grandes empresas. Hoje, as grandes corporações transnacionais,

gente, tem muitas dessas corporações, dessas grandes empresas que elas são mais fortes que países, que estados nacionais e eles vêm aqui para nossa terra, para o sul global e faz o que querem, é por isso que nós precisamos com graves violações aos direitos dos trabalhadores, aos direitos das comunidades, com impactos ambientais imensos e é por isso que nós precisamos trabalhar sobre vários aspectos nessa questão. E o que nós da CUT, o que a gente está fazendo é trabalhar sobre vários aspectos. O pessoal vai falar aqui, várias pessoas, doutor Antônio, Gonzalo, Ismael, sobre a ação do ponto de vista institucional, que é a luta pela aprovação do PL 572, que é um marco sobre direitos humanos e empresas. Mas nós precisamos ir além, por isso que nós trabalhamos também com os nossos sindicatos instrumentalizando para que, desde já, as questões relativas a direitos humanos e empresas estejam nas negociações coletivas, mas também isso não basta. A gente precisa ter uma unidade grande com os movimentos sociais, com os movimentos populares pra que a gente tenha ações de luta direta para coibir essas ações predatórias que têm acontecido no nosso país e principalmente porque essas empresas também elas se utilizam desses mecanismos como a terceirização, a quarteirização para violar direitos dos trabalhadores, para além dos direitos das comunidades. Então, como disse aqui o Roberto, esse é a quarta capital que nós estamos fazendo esse trabalho. Fizemos em Natal, em Recife, em Vitória e sempre depois, junto com o seminário que é para organizar o movimento sindical ou o movimento sindical juntamente com o movimento popular, para, a partir da realidade que a gente vive e dos problemas concretos que vivemos naquele estado, a gente poder organizar as lutas, a resistência, para que a gente tenha um país onde as nossas riquezas sejam realmente riquezas do povo brasileiro, que se volte para o desenvolvimento nacional e para a melhoria da qualidade de vida de todo mundo e não para que poucos se apropriem das nossas riquezas, levem para fora e aqui a gente fique apenas com os impactos negativos dessas explorações ambientais e com graves custos sociais. Então agradeço de novo a acolhida nessa Casa e eu espero que a partir desse momento a gente possa, a CUT juntamente com os Movimentos, a gente possa organizar as lutas por uma, por uma transição energética justa. Mas não só nesse campo da transição energética, em outros também. Nós estamos aqui com a nossa secretária de Meio Ambiente, que tem trabalhado também muito nesse tema da transição. Quer dizer, que transição é essa que queremos, né? Não é vir aqui colocar parque eólico, mineração, provocar um monte de impactos sociais, ambientais, levar a energia para fora e não ficar nada nos nossos estados, em nossos territórios. Então, acho que essa é uma luta de todos nós e nós nos

colocamos à disposição para que a gente possa se organizar e que a gente possa realmente ajudar o governo popular, o governo do presidente Lula, com a nossa luta, a construir aquele país que a classe trabalhadora brasileira merece. Obrigada.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Convidar Ismael César, também, para fazer sua saudação aqui representando o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

ISMAEL CÉSAR – CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Bem, boa tarde a todas, a todos. Saudar a iniciativa do vereador Camilo Daniel. Muito importante esse debate. Falo aqui representando o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Na verdade, eu tenho um assento no Conselho Nacional de Direitos Humanos representando a sociedade civil. Não é? Representando a Central Única dos Trabalhadores no Conselho. Então é muito importante que todo o debate que nós, nesse último período, temos construído é de ter, na verdade, um plano nacional de direitos humanos e empresa. É um pouco o que já explicou a companheira Jandira. E o conselho nacional de direitos humanos está firmemente comprometido com essa perspectiva no sentido de ter de fato um plano nacional de direitos humanos e empresas que trate dessas questões das várias violações de direitos humanos no país. Lembrando que o Brasil tem um histórico de negar, de violações aos direitos humanos, muito, muito grande, pensar que até pouco tempo atrás, um século, o Brasil foi um dos poucos países a romper com a escravidão. Então isso da dimensão das violações imensas cometidas contra os povos nesse país. Pensar que não se foi feito a reforma agrária, um país da dimensão como o nosso. E pensar que 1/3 da população até pouco tempo atrás, no país que mais produz alimento, passa fome. Pensar que num país tão grande como o nosso, há populações inteiras, trabalhadores que não têm o direito de ter um teto. Então isso são violações diuturnamente cometidas contra o povo, contra a classe trabalhadora e que é necessário ter um instrumento que permita a gente fazer com que as grandes empresas, com que o estado não viole os direitos humanos. E como nós da Central Única dos Trabalhadores, chegamos no Conselho Nacional de Direitos Humanos? Foi exatamente em 2016, a primeira vez o qual disputamos um espaço dentro do Conselho Nacional de Direitos Humanos. E, coincidentemente, foi exatamente quando se deu um golpe contra uma presidente legitimamente eleita e a companheira Dilma Rousseff foi profética ao dizer que o golpe cometido naquele momento não era um golpe contra ela, era um golpe contra o povo brasileiro, era um golpe contra a classe trabalhadora, era um golpe que

iria violar direitos do povo brasileiro. E uma das primeiras questões que eles fizeram e se apressaram foi apresentar uma emenda constitucional chamada 95 que retirava gastos importantes, recursos importantes para a saúde, para a educação, para a habilitação, para a luz elétrica, para a saúde. Ou seja, um golpe contra o povo brasileiro. Depois, isso já no governo Temer, aprovaram uma reforma trabalhista, que colocou o Brasil 100 anos atrás. Ou seja, demos um passo retroativo a 100 anos com a reforma trabalhista. E o Conselho Nacional de Direitos Humanos foi de fundamental importância, para que a gente aprovasse uma recomendação, inclusive para que pudesse condenar o Brasil, no caso da reforma trabalhista aprovada. O projeto de terceirização sem limite, a precarização nas relações de trabalho, a uberização? E depois nós tivemos a reforma da previdência, um ataque maior ao povo brasileiro do que foi a reforma da previdência aprovada durante o governo Bolsonaro. Portanto, tudo isso é uma luta importante, o qual o Conselho Nacional dos Direitos Humanos se debruça na perspectiva de se colocar do lado do povo brasileiro. E nessa perspectiva, todo mundo acompanhou o que foi exatamente Brumadinho. Brumadinho, 272 trabalhadores foram vítimas. Foram de um crime cometido pela vale do Rio Doce. Nós escutamos lá no Conselho Nacional de Direitos Humanos, Vereador Camilo, o sindicato que foi lá, o qual nós fazíamos escuta e o sindicato colocou lá no Conselho de Direitos Humanos várias e várias vezes, nós denunciávamos a empresa porque o restaurante lá na barragem, onde ficava a barragem, ficava embaixo. Se a barragem rompesse, iria atingir exatamente os trabalhadores que estavam ali naquele restaurante. Entretanto, não retiraram o restaurante. A barragem estourou por volta de 12 horas e 30 minutos. Morreram 272 pessoas com aquele crime e mais de 100 trabalhadores estavam exatamente naquele restaurante. Ou seja, se a voz do sindicato fosse ouvida, centenas de vidas poderiam ser salvas. E foi exatamente nessa perspectiva que se constrói, a partir da PFDC, uma nota técnica colocando a necessidade de responsabilização das empresas, né? Como explicou a companheira Jandira, é inaceitável que o empresário venha, faça o que faz e não tenha responsabilidade sobre as comunidades, sobre os trabalhadores, sobre o que é feito no dia a dia. E a partir daí, nós começamos a discutir no Conselho Nacional de Direitos Humanos, a partir da presença e a participação da Central Única dos Trabalhadores, que ao chegar no Conselho Nacional de Direitos Humanos, propusemos a Constituição de uma comissão permanente que discutisse o mundo do trabalho, da educação e da previdência social. Porque esse é um tema fundamental para a classe trabalhadora, o qual vinha sendo violada pelo próprio estado, né? Repito. O que foi o governo Temer e o que foi o

governo Bolsonaro, se não colocar ações, dar as garantias jurídicas ao setor empresarial para se colocar contra o povo brasileiro, contra a classe trabalhadora. E foi nessa perspectiva que nós, dentro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, trabalhamos uma resolução, a resolução 05. Né? Que dava as diretrizes, a perspectiva de ter uma política nacional de direitos humanos, onde as empresas, o estado pudesse respeitar a comunidade, os trabalhadores. Essa resolução foi aprovada e ela foi base para que se aprovasse, se discutisse no Congresso Nacional, na Câmara dos deputados, um projeto de lei de autoria do deputado Hélder Salomão e outros parlamentares. Ana Carolina e outros, Fernanda Melchioni, né? Que está tramitando no Congresso Nacional e que dá as bases necessárias para se ter um plano nacional de direitos humanos, empresa. Portanto, é nesse nessa perspectiva, vendo aqui, a comunidade de Mussuca, vocês podem acionar diretamente o Conselho Nacional dos Direitos Humanos a partir da comissão do trabalho, a partir da comissão do meio ambiente, no final aqui, a gente vai estar juntos no seminário, nos colocando à disposição do Conselho Nacional de Direitos Humanos, para quem sabe, fazer uma missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos aqui no estado para averiguar *in loco* e fazer as denúncias com relação a essas questões. Portanto, quero aqui agradecer, dizer da importância dessa atividade aqui hoje, estaremos acompanhando também o seminário que ocorrerá aqui, com o qual já foi colocado pelo Roberto, porque é na luta, é na mobilização que a gente consegue as vitórias. Muito obrigado a todos e a todas.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Muito bem! Muito bem, companheiro! Já convido para a tribuna aqui o Vereador do município de Laranjeiras, doutor Léo.

DOUTOR LÉO – VEREADOR DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

Boa tarde a todos. Quero aqui saudar a Mesa, em nome do Vereador Camilo. Saudar o público presente, em nome da comunidade da Mussuca, comunidade quilombola, que é bem representada pelo amigo André, professora Givalda, e demais amigos que se encontram ali na tribuna. Saudar também os companheiros do movimento sindical, aqui presentes, dos movimentos sociais, em nome do companheiro Álvaro do Sindiminas. E trazer aqui a público aproveitar que estamos nessa audiência pública, a problemática envolvendo a Mussuca, comunidade quilombola, que há mais de uma década vem brigando pela titulação, e a implementação da fábrica de cimento, da Cimento Nacional, na área quilombola, especificamente ali no Sítio São Roque. É

notório que parte da comunidade já se posiciona de forma organizada, contrária a essa implementação, devido aos riscos socioambientais e até mesmo à descaracterização da comunidade essencialmente quilombola. Se você analisar outras comunidades quilombolas que existem no Brasil, você não vê algo com essência tão forte, em termos de quilombo, como a Mussuca. E vem um processo de industrialização gigante, massivo, que certamente afetará a comunidade de alguma forma. Precisamos entender qual o tamanho dessa invasão, qual o tamanho desse prejuízo. ambiental, cultural, social, em todos os termos, para saber se realmente isso é viável ou não. Tenho conversado com a comunidade. Parte da comunidade, como eu já disse, já se organizou, não quer. Outra parte quer ouvir, quer entender. Então, nesse momento aqui, eu pediria, já que temos aqui a CUT e a CUT bem organizada. Graças a Deus, a CUT existe. Existem outros órgãos ligados a nós, que somos da esquerda, que olham pelas minorias e conseguem nos dar substrato técnico e jurídico para defender a população. Então, a gente pede à CUT, professor Roberto, que abrace a causa lá da Mussuca. Quando eu digo abraça a causa da Mussuca, não é abraçar quem é contra ou quem é a favor, mas abraçar no sentido de fornecer à comunidade, porque quem vai decidir é a própria comunidade, ao que tudo indica, pela orientação do Ministério Público, mas para dar substrato para a comunidade decida de forma coesa, se quer aquilo ali ou não. Se quer aquilo ali ou não, qual dano aquilo ali vai causar, a gente precisa entender isso. Então, Laranjeira precisa desse suporte da CUT, pedimos aqui. Pedimos também, sabendo que temos aqui companheiros que têm uma forte ligação com o Governo Federal, eu tenho, sou do Partido dos Trabalhadores, mas eu sei que tem gente que tem um acesso maior. E entendo que, se a titulação do quilombo da Mussuca não sair no governo Lula, pode botar debaixo da gaveta que não sai mais nunca. Então, é uma cobrança que a gente tem que fazer internamente, porque se isso não sai agora, quando é que vai sair? Qual governo vai querer dar a titulação da Mussuca? Então, estou à disposição da comunidade, estou à disposição da CUT. Agradeço a Camila aqui pelo convite e obrigado a todos pela atenção.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Muito bom, doutor Léo. Convido Andréa Lima, assessora técnica para assuntos parlamentares, representando a senhora Prefeita Emília Corrêa.

ANDRÉA LIMA – ASSESSORA TÉCNICA PARA ASSUNTOS PARLAMENTARES – REPRESENTANDO A SENHORA PREFEITA EMÍLIA CORRÊA

Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente, agradecer ao Vereador Presidente da sessão, o Vereador Camilo, pelo convite e dizer que estamos aqui, a gestão está à disposição, eu estou mais hoje como ouvidora, estou à disposição de vocês e vou acompanhar principalmente os especialistas aqui que vão falar, o professor Roberto, o professor aqui que também já falou, enfim, eu estou aqui à disposição de vocês. Estou mais como ouvidora e estarei colhendo em nome também da minha colega Carol, né? Parabenizar aqui também os colegas jornalistas, como Iracema também. Obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Muito bem Andréa. Já convido Gonzalo Berrón representando. Quer falar daqui, libere, pode liberar aqui.

GONZÁLO BERRON – DIRETOR DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT BRASIL

Boa tarde a todas, a todos, todes. Eu sou o Gonzálo Berron, Diretor de Projetos da Fundação Friedrich Ebert. Eu gostaria de agradecer o convite no nome do Vereador Camilo; do presidente da CUT, o Roberto; da Jandira, da Rosalina que está aqui. É muito importante para nós estarmos aqui nessa discussão, nessa audiência pública. A fundação Friedrich Ebert tem uma fundação de origem alemã. Já estamos fazendo 100 anos nesse ano e 50 anos no Brasil. Na Alemanha, tem um sistema de fundações que são, dependendo da representação, parlamentar dos partidos. E o nosso partido é o Social Democracia Alemã, não é? Então eu saúdo também essa parceria com a Central Única dos Trabalhadores, em particular com a Jandira Uehara nesse trabalho. E o Ismael, claro, nesse trabalho sobre empresas e direitos humanos. Não é que nós sempre dizemos direitos humanos e empresas? Não é por quê? Porque é um tema que, ao longo dos últimos anos – em particular nesses últimos 15 – vem se desenvolvendo muito fortemente no âmbito internacional. É um tema que nasceu um pouco na discussão internacional a partir de violações de empresas internacionais no Chile, empresas como AIT Americana que teve uma incidência política, um ativismo político e econômico, obviamente no governo de Allende e que construíram o desrocamento, o golpe, contribuíram para o golpe do presidente chileno Allende. Ali virou um tema

internacional mesmo. Ele mesmo já tinha denunciado isso na no âmbito das Nações Unidas e depois, a partir dali, o foco cresceu, sobretudo porque as transnacionais ou as multinacionais foram crescendo em envergadura econômica, mas também política, e a ONU decidiu acompanhar a evolução dessa participação, sobretudo, cidade do norte para o sul ou dos países desenvolvidos que são quem têm as matrizes das empresas nos nossos países, nos países do sul. É isso aí. Então, sobretudo, depois do empurrão, vamos dizer, da globalização neoliberal, se aprofundou muito mais e se desregulou muito mais ainda, não é? Então nós tivemos ondas de investimentos estrangeiros internacionais, cada vez com menos regras para eles, para os investidores, e com menos mecanismos para proteger os direitos das pessoas nos nossos lugares, e propiciando exploração do nosso território, do nosso ambiente e das nossas pessoas trabalhadoras e trabalhadores. É muito, muito fortemente. E por isso que o tema cobrou ainda mais relevância. E nos anos 2000, a ONU finalmente discutiu e adotou um primeiro arcabouço que se conhece como *The UN Guiding Principles*, os princípios norteadores da ONU sobre a empresa de direitos humanos que foi um passo, mas foi um passo tímido, vamos dizer assim, porque é um marco que se inscreve nas normas voluntárias. As normas voluntárias são normas que as empresas podem respeitar, mas não estão obrigadas a respeitar. Isso é uma enganação. Então, a partir dessa adoção, vocês têm que entender que o *lobby* das empresas é fortíssimo, como é em qualquer lugar, e no âmbito da ONU foi a mesma coisa. Então, mesmo conseguindo um primeiro arcabouço, esse arcabouço padecia da doença do voluntarismo, que continuou funcionando e continua até hoje no contexto da ONU. Porém, os movimentos sociais, sindicais e os atingidos pela operação das empresas transnacionais em diversos lugares, começamos a reclamar e a partir dessa onda de mobilização contra isso. Claro, é evidente que as violações continuam e são cada vez mais sérias, cada vez mais selvagens, aqui no Brasil, nos últimos 10 anos, tivemos tremendos casos horrorosos de crimes muito fortes. Obviamente, os dois mais significativos são o de Mariana e o de Brumadinho, mas tem todos o que tem a ver com a pressão do agro, muitas vezes com a exploração da mineração. Enfim, vários desses crimes e foi preciso, então, avançar para novos arcabouços, como nós chamamos. Tem, por um lado, uma negociação de um tratado internacional no âmbito da ONU, que já tem mais de 10 anos de negociação, que vai, cujo objetivo é gerar normas obrigatórias para as empresas e os estados, quando uma empresa viola os direitos humanos ali nos territórios. Mas também tem uma nova série de leis que são as chamadas leis de devida diligência, que são o quê? São umas normas, no caso da Alemanha tem uma, no caso da

União Europeia tem outra, pela qual o Estado alemão ou a União Europeia obriga suas empresas a cuidar, a gerar diligências, vamos dizer, para não violar direitos humanos em territórios fora da União Europeia ou da Alemanha. São ferramentas menos fortes do que as que precisaríamos, mas são ferramentas úteis e no caso das transnacionais, sobretudo as empresas de capital estrangeiro, são úteis. E aqui destaco muito o labor da Central Única dos Trabalhadores, do Antônio e do Felipe, porque eles estão estudando e vendo como utilizar essas ferramentas para proteger os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e outras populações afetadas. Então, essa tem sido mais ou menos a história de como esse debate tem evoluído e como chegamos até aqui. Chegamos até aqui, no Brasil, com também a necessidade de ter a nossa própria lei, que é o que o Ismael destacou e que, com isso, já passo o gancho aqui para o Antônio, está sendo discutido aqui no Brasil, uma lei marco que o Antônio vai explicar de maneira maravilhosa. Obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Bom, já passo a palavra para Antônio. Se quiser usar a Tribuna também, fique à vontade. Pode ser, sim. Fique à vontade.

ANTÔNIO MEGALE – ADVOGADO DA CUT BRASIL

Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Antônio Megale. Eu participei bastante ativamente da construção do PL. Antes, eu queria agradecer o convite da CUT, do vereador, e agradecer também a presença aqui dos movimentos sociais, as entidades sindicais. O PL, por que ele é inovador? Nem o Ismael, nem o Gonzálo comentaram o aspecto que eu acho bem importante do projeto, que ele foi construído de forma conjunta por entidades da sociedade civil. Então, a CUT, a FES, a Oxfam, o movimento pelos atingidos pelas barragens, o MAB, Amigas da Terra. Então foram várias entidades da sociedade civil que sentaram em diversas reuniões e construíram o texto desse projeto de lei. E depois esse texto foi apresentado para os deputados e foi apresentado lá em 2022. Então, foi um texto construído basicamente pelos atingidos e pela sociedade civil. E o Gonzálo já disse também, um outro aspecto inovador do PL é que ele é vinculante, ele é obrigatório, não é? Então, há várias diretrizes da OCDE, da ONU, princípios norteadores e orientadores da ONU, mas nenhum deles obrigam as empresas e obrigam o estado a respeitar os direitos humanos, não é? O PL ele está, hoje em dia, na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara, está aguardando, já foram aprovadas algumas audiências públicas, mas ainda não foram agendadas. O PL

infelizmente lá na Câmara, nessa comissão, que tem uma coordenação muito de direita, digamos assim, a Deputada Federal Bia Kicis que era a coordenadora dessa comissão, está meio parado ainda esse projeto de lei lá, mas dele a gente consegue interagir, vamos dizer assim, a gente consegue trazer para o dia a dia tanto do dos movimentos sociais, quanto do movimento sindical, alguns pontos para gente começar a trabalhar isso no dia a dia, não é? O primeiro ponto ali do PL é em relação ao direito de consulta prévia, livre e informada. Então, as comunidades, os trabalhadores eles precisam ser previamente consultados sobre aqueles projetos, aqueles empreendimentos a serem construídos na região. Então, a empresa ela precisa entregar um planejamento, um projeto aos trabalhadores, aos moradores e às comunidades e precisam ser ouvidos de forma efetiva para saberem se tem interesse ou não ali naquela naquele empreendimento. E eu acho que isso é um dos pontos que os quilombolas aqui da região, com certeza, não foram ouvidos e não tão sendo ouvidos, não é? Um outro ponto muito importante que é transversal ao projeto de lei é a prevalência da norma sempre mais favorável às vítimas, aos trabalhadores, às comunidades. Então, pode haver um contrato, pode haver um tratado internacional, mas sempre vai prevalecer o direito da pessoa vitimada, da pessoa atingida. Isso, vamos dizer assim, ressalta a característica de universalidade, indivisibilidade dos direitos humanos, não é? Então, esse ponto é muito importante. Além desses pontos muito do dia a de vocês, o PL vai trazer várias obrigações das empresas e do estado, não é? Uma das, um dos pontos importantes é que a responsabilidade pelo dano ali na região, enfim, pelo dano empresarial, ele não vai ser só daquela empresa que ocasionou o dano, mas vai ser uma responsabilidade solidária em toda a cadeia produtiva. Então, se é uma empresa terceirizada que causou um dano aqui em Aracaju, mas ela está ligada na cadeia a alguma outra empresa em outro estado. Enfim, todas essas empresas poderão ser responsabilizadas. E, por fim, um outro ponto também que eu ressalto como importante, a Jandira diz que o papel do movimento social, do movimento sindical é coibir não é? E eu também acho, além do coibir, a gente precisa fiscalizar, não é? A gente coíbe por meio da fiscalização e o PL ele traz vários pontos, como de monitoramento. Então, as empresas serão responsáveis por deixar em seus sites, deixar para o acesso aos sindicatos relatórios semestrais de como os riscos estão sendo monitorados e também, em caso de violação, como que eles vão ser indenizados, não é? É muito importante essa questão. Um outro ponto que eu trago de muito relevante, digamos assim, do PL é a presença dos sindicatos. Então, os sindicatos vão estar presentes nessa parte da consulta prévia dos trabalhadores. A interlocução

também, no caso de violação. A gente sabe que, por exemplo, em alguns casos lá em Mariana a própria empresa criou uma associação que estava tratando dos direitos das pessoas atingidas. Isso não é viável, não é? Não é justo. Além desse relatório semestral que as empresas devem fazer, ela vai ter que fazer uma avaliação dos riscos também, vai ter que ter uma estratégia de riscos e isso tudo com a participação dos atingidos e dos atingidos não, dos trabalhadores e do e da população ali da comunidade para precaver, para não haver acidente. Canais de denúncia, capacitação, então o PL ele trata de todas essas questões. Por fim, a gente sabe que isso não vai passar, mas a gente até coloca ali no projeto de lei que em caso de a empresa reincidir na prática que até o controle da empresa saia da empresa e vá para os trabalhadores. É uma sanção que a gente incluiu ali no projeto de lei. Mas é claro, essa questão que eu falo do projeto de lei é o mundo ideal. Não é? Se o Brasil conseguisse avançar na aprovação dessa lei macro, é uma lei. Lei Macro de Direitos Humanos e Empresas seria perfeito. Não precisava nem ter tudo, mas se a gente tivesse um pedacinho, já seria um mundo ideal. Como a gente não tem o mundo ideal, também queria comentar com vocês de uma outra ferramenta que está sendo construída e que sair esse ano provavelmente, o Conselho Nacional de Direitos Humanos participou dessa discussão, a CUT participou dessa discussão que é a chamada Política Nacional de Direitos Humanos e empresas. Ela está sendo construída no âmbito do Ministério de Direitos Humanos e Empresas. Houve, foram 6 meses, mais ou menos, de discussão entre todos os ministérios do governo do estado e algumas entidades da sociedade civil, a CUT participou, eu participei lá das discussões pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos. Então, houve várias audiências públicas, atingidos pelas barragens, atingidos por trabalho escravo, enfim, então houve uma escuta da sociedade civil pelo Ministério e agora, nos próximos meses, vai haver uma Política Nacional dos Direitos Humanos e Empresas. Claro, uma Política Nacional de Direitos Humanos, as Empresas ela não vai ter toda a obrigação, ela não vai tão vinculante como um projeto de lei, mas é um passo importante também para esse tema no Brasil. E ali vai ter, por exemplo, possibilidade de participação da sociedade civil na transparência, no monitoramento das atividades. Então, algum passo vai ser dado ali pela Polícia Internacional de Direitos Humanos e Empresas. Não é o ideal também, a gente acompanhou pelo CNDH alguns pontos que a gente levou para o governo não foram acatados, mas a gente acha que também é um passo importante para que vocês também possam trabalhar isso aqui no dia a dia, não é? Essa parte da transparência, do monitoramento, vai haver um decreto, instituindo essa Política

Nacional de Direitos Humanos e Empresas e a gente consegue atuar melhor. Nós, aí eu estou falando da gente, os advogados. Então, quando eu tiver um caso aqui do Quilombo, eu vou ter um artigo específico tratando de direitos humanos empresas para citar numa petição, numa ação coletiva, não é? Hoje em dia, eu só consigo tratar ali resolução número 5 do CNDH, não tem mais nenhuma norma que trata especificamente desse tema. A Política Nacional agora vai ser um avanço, talvez ajude um pouco nessa judicialização. Enfim, depois até quero conversar um pouquinho com o pessoal do Quilombo para entender o que é que está acontecendo, se já foi ajuizada alguma ação. Enfim., mas a política nacional vai ajudar, enquanto isso o PL está lá tramitando e é isso, gente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Eu quero convidar Sérgio Alves, presidente do Sinergia, para usar a tribuna.

SÉRGIO ALVES – PRESIDENTE DO SINERGIA SERGIPE

Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de saudar aqui a Mesa em nome do companheiro Camilo, vereador. Parabenizar a CUT em nome de Roberto e saudar toda a Mesa em nome da companheira Jandira, no mês internacional da mulher e tem outras mulheres também na Mesa, que estão representando aqui a prefeita. O Sinergia Sergipe é o representante do Sindicato dos Eletricitários do Estado de Sergipe, essa transição energética. E a gente vem se somar aqui, não é? Acho que é um tema relevante. A companhia Jandira citou ali direitos humanos nas empresas. E aí? Eu acho que não é só empresa, envolve trabalhador, envolve vários segmentos. O nosso sindicato representa a Energisa, Sergás, Termoelétrica, Parque Eólico, brevemente aí uma tal de uma Usina Solar, ou seja, todo esse campo energético. E eu acho que esse tema ele é bastante relevante, sim. Eu acho que direitos humanos, não só pelas comunidades que a gente tem acompanhado, o pessoal aqui de Laranjeiras que está aqui citando, os Mineiros também aqui colocando. E a gente sabe de vários problemas que têm atingido. É do conhecimento de todos que nós temos um parque eólico aqui em Sergipe no município de Barra dos Coqueiros, ao lado, a termoelétrica, e uma possível usina solar no povoado Canabrava, em Canindé do São Francisco. E o setor energético, pelo ponto de vista dos trabalhadores, ele também sofre com essa questão de direitos humanos, que muitas vezes são negados aos trabalhadores. Claro que nem sempre os sindicatos eles têm acesso e conseguem fazer a fiscalização que o nosso advogado ali citou. Claro que, às vezes, o Ibama, a Secretaria do Meio Ambiente que deveriam estar mais próximos

também na liberação desses projetos, muitas vezes têm faltado. E o que chega aos sindicatos são justamente algumas audiências que a gente tem participado, a exemplo dessa audiência aqui, que volto a ressaltar a importância. Eu conversava ali com o Dieese, através da companheira, que essa mudança energética, muito pouco os sindicatos têm sido convidados para participar. Muitas vezes, a gente recebe as informações por outros meios, por interesse das empresas, que não se preocupam muito com a comunidade e muito menos com os trabalhadores. Eles não são convidados para debater, e até mesmo no nosso Governo a gente percebe que estava faltando audiência desse tipo. Então, eu acho que é um marco muito importante é essa provocação que está sendo feito aqui. Em um momento anterior não se fala mais, hoje, a questão da energia nuclear, mas a nossa ex-deputada Ana Lúcia, numa outra audiência na Assembleia Legislativa de Sergipe, fez outra grande audiência chamando a atenção do risco para essa questão. Sempre lembram aí de Canindé, de Piranhas, de alguma região ali de Pernambuco, para que se viesse utilizar também dessa matriz. Graças a Deus que deve estar um pouco lá estancada. Mas a gente tem, sim, outros problemas envolvendo a questão de parque eólico, a questão de gás, a questão solar e a preocupação com a matriz hidrelétrica, que essa, sim, prejudica os rios e as comunidades, como foi citado aqui à questão do MAB. Então, o Sinergia vem aqui participar mais como ouvinte também, porque os relatos que nós temos é colocado aqui como a companheira mais uma vez, Jandira colocou, sobre o aspecto dos trabalhadores a terceirização não só no parque eólico que há problemas. São empresas europeias, empresas que se tiver alguma coisa boa de modelo lá, eles não trazem para cá. Aqui tem a Statkraft, uma empresa da Europa, mas que não traz o que tem de bom. O que a gente tem são metas, são trabalhadores afastados por questão de doença e que normalmente não tem o apoio, precisa vir um sindicato para serem atendidos. Ainda no setor hidrelétrico, é do conhecimento de todos que recentemente a Eletrobrás, infelizmente ela foi privatizada. E o resultado disso, no ambiente da CHESF, a empresa que atende aqui o nordeste, em menos de dois anos nós temos vários óbitos registrados aqui em Sergipe, em Pernambuco que atingem os terceirizados também da hidrelétrica, após a sua privatização da Eletrobrás. Então, esse campo de direitos humanos das empresas é um campo que está sendo atingido. Estava conversando há pouco instantes ali com o companheiro do Sindeminas, que é uma outra questão, após essa reforma da previdência, os eletricitários em particularmente eles vêm sofrendo, porque o que é que acontece? A partir de 2019, todos os trabalhadores ou mineiros eletricitários que

trabalham sob uma condição diferenciada ou na parte subterrânea, ou o eletricitário que tem que trabalhar em altura, a 25, 27, 30 m de altura, com a rede energizada, ele só poderá sonhar com aposentadoria após os 60 anos de idade. E aí vocês percebiam um trabalhador de campo, eletricista, sob o risco aos 60 anos de idade, em cima de uma torre tendo que fazer aquela tarefa. O que nós temos é vários trabalhadores mutilados, queimados, que hoje não consegue chegar lá a sua aposentadoria. Então, a gente está aqui somando, amanhã, com certeza, estaremos também lá no hotel Parque das Águas, onde esse seminário irá se estender e o sindicato parabeniza a todos aqui. Muito obrigado, e boa tarde.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PSOL

Convido para ocupar a tribuna Ademílson Lima Ramos, Dirigente do Sindimina.

ADEMÍLSON LIMA RAMOS – DIRIGENTE DO SINDIMINA/FITEM

Boa tarde a todos os presentes, e os que estão também online participando conosco via YouTube. Primeiro, agradecer a Deus por essa oportunidade que ele nos dá em estarmos aqui presentes, estarmos vivos, não é? Saudar o Camilo, saudar toda a Mesa. Obrigado pelo convite. E dizer que é de suma importância essa audiência. E também gostaria de saudar todos os colegas e companheiros do Sindimina aqui presente, assim como os demais sindicatos, e demais pessoas aqui presentes. Eu gostaria já de começar, já fazendo uma provocação já que antes mesmo de falarmos propriamente dito sobre a questão, um pouco, uma pincelada muito rápida sobre a questão da mineração. É com relação à aposentadoria especial. Eu vou deixar aqui algumas perguntas no ar, não é? Para que possamos realmente nos questionarmos. Assim como o Sérgio, ele acabou de comentar que estava trocando uma ideia aqui com ele, que eu não sou a pessoa mais especial para poder falar sobre aposentadoria especial. Mas, nós temos o nosso diretor Marcos do Sindemina, que a fundo e afinco tem o conhecimento alarmante com relação à aposentadoria especial. Mas, por fim, dizer para vocês, a nossa ADI 6309, a nossa PL 42, quem é que está preocupado com relação à aposentadoria especial? Será que só somos nós Mineiros? Será que só são os eletricitários? Então, para que a gente possa realmente parar para refletir o quanto a CUT ainda pode nos ajudar com relação a isso. O quanto as confederações podem nos ajudar com relação à CNQ e demais, e quantas centrais também podem chegar junto conosco. Então, fica esse questionamento no ar. Então, hoje, estou também representando a Fitem na pessoa do Luismar, que ele por motivos de saúde não está

presente, mas dando uma pincelada muito rápido, dizer que a Fitem ela representa alguns estados, e um desses estados é a Bahia, é um dos estados mais promissores com o número de projetos, jazidas existentes, que parece ainda ter muito para poder contribuir na economia e exploração do nosso país. Quando falamos na exploração, falamos também no desenvolvimento, progresso, receita, empregos, melhorias, desenvolvimentos sustentáveis, responsáveis, social. Tem também o benefício de transformar recursos em qualidade de vida imposta pelo povo. As notícias apontam que... e quando falamos de explorar estamos vendo que o desenvolvimento do progresso, receita, emprego e melhorias para toda a sociedade, mas nos remete também as preocupações em saúde do trabalhador principalmente, da preocupação do desenvolvimento sustentável e responsável. As notícias apontam para o grandioso projeto onde fazem parte a BAM e a FIOOL, em Porto do Sul, em complexo de parte do aumento de desenvolvimento em produção de ferro, passa pela rodovia FIOOL e completa pelo escoamento do polo sul, Porto Sul. Complexo de produção e logística com as modais que devem caminhar para o desenvolvimento da região. Mas o pior, não vivemos apenas de boas notícias, né? Assim como devemos e queremos fazer parte do debate da construção, temos o dever e obrigação de olhar e pensar na proteção dos trabalhadores, bem como nos benefícios de problemas que chegaram com esse desenvolvimento e tentar minimizar as consequências nocivas tanto a curto quanto a longo prazo. Temos exemplos em minas subterrâneas de 1.500 metros de profundidade, nas quais houve temores e há temores. Temperaturas de frequência de trabalho excessivas a 34 graus e que não há nenhuma parada de recuperação térmica para os trabalhadores. Então, afirmamos que precisamos pensar em curto, médio e longo prazo – talvez longuíssimo. Há uma equação interessante, onde quanto mais se explora, mais distante fica o material extraído. Ou profunda ainda mais fica: a mina subterrânea. Ou ainda pode ficar tanto mais profunda quanto distante e, provavelmente, ficar mais quente, o calor. A maior será por tempo, com o deslocamento ainda menor do trabalhador. Essa equação, no pensamento de alguns, resolve a ampliação da carga horária. Explico, a legislação de 6 horas trabalhadas em minas subterrâneas, pasme, que há propostas para aumento para 8, 10 e 12 horas aproveitando-se de argumento de acordo com o legislado além, é claro. Oferecer ao trabalhador um adicional de alguns percentuais a mais paga hora extra e coisas parecidas para o trabalhador que são muitas vezes desinformados. Aí eu abro uma aspa que muitas vezes, nós como diretores sindicais, centrais sindicais, é o nosso dever é justamente ir para o chão de fábrica e

informar esses trabalhadores. Seja através das nossas redes sociais, seja através de boletim físico, seja através do próprio chão de fábrica esse diálogo corpo a corpo. Fica claro que é muito mais barato pagar esse adicional do que investir em conforto térmico, ventilação, controle e temperatura. O trabalhador inocente acaba concordando e negociando a saúde com qualquer trocado. Perdemos a nossa aposentadoria especial, agora estamos vendendo nossa saúde e qualidade de vida futura. E não falamos em tratamento de resíduos, agressão ao meio ambiente. Às vezes passamos, pensamos que nós trabalhadores ao passar dos anos somos resíduo mineral e depois perdemos a nossa saúde. Ficamos sem serventia para o longo do tempo e o descarte fica como descarte para previdência. A nossa federação, ela pensa no progresso e desenvolvimento mais que algo, mais que principalmente pensamos na saúde e segurança do trabalhador. Então fica aqui nosso recado, enquanto federação, enquanto sindicato também. Porque além de federação, eu também sou trabalhador do ramo de mineração. Eu trabalho na empresa, na Mosaico Fertilizantes, na qual uma mina subterrânea a 700 metros de profundidade, eu sei o que eu estou falando. Então, eu falo com propriedade da nossa temperatura, do nosso risco e de tudo aquilo que nós ouvimos e sabemos o que acontece dentro de uma mineração. Não só na mineração de Sergipe, não só na mineração subterrânea, mas também na mineração a céu aberto, de superfície, né? Então, com isso gostaria de deixar aqui a nossa preocupação maior com relação à saúde e à segurança do trabalhador. É isso que nós vamos lutar, e que nós não possamos deixar de falar sobre aposentadoria especial. Esse momento aqui é um momento muito importante na qual vamos dar continuidade amanhã e quarta para debatermos ainda mais, e com certeza sair um trabalho muito bem elaborado para que possamos dar seguimento naquilo que é o objetivo maior aqui. Muito obrigado e até mais.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Convido o senhor Jaílson dos Santos da comunidade Quilombola, Povoado Mussuca. Pode ocupar aqui a tribuna, pode falar também do microfone, como você preferir, Jaílson.

JAÍLSON DOS SANTOS – COMUNIDADE QUILOMBOLA – POVOADO MUSSUCA

Boa tarde a todos e a todas, né? Em especial as mulheres, mês dedicado, um único dia, né? As mulheres todos os dias devem ser homenageadas, não é isso? Todos os dias do ano, inclusive os anos bissextos. A gente ouviu aqui muito falar sobre a

Mussuca. Primeiro, deixe eu me apresentar. Eu sou o professor Jaílson e gostaria de agradecer aqui a presença dos meus conterrâneos, né? André, que também é professor, historiador lá da comunidade Mussuca. Ewejan, que também faz parte da comunidade e outros conterrâneos meus que estão ali na tribuna mais acima. Ao vereador Léo, né? E agradecer a Camilo pelo convite de estar aqui hoje representando a minha comunidade, uma comunidade quilombola, a qual é um dos quilombos, digamos assim, mais próximos da capital. Quando eu estava me deslocando para cá, eu vi que eu gastei mais tempo no trânsito do Siqueira Campos até o Centro de Aracaju, do que da Mussuca até o Siqueira Campos. Para a gente ter uma ideia do quanto da proximidade desse Quilombo é, que muito já foi falado aqui hoje e por pessoas que não são quilombolas. Deixar bem claro isso, né? É porque às vezes é importante. E eu aceitei o convite de estar aqui hoje justamente por isso, né? Por nós, quilombolas, a gente tem que começar a ocupar os nossos espaços, ao ser convidado, vir para falar sobre suas demandas. Camilo, você pode até saber a definição de quilombola, que está lá no livro, que está lá no Google que você pode pesquisar. Mas saber a essência do que é ser quilombola só vai saber quem é quilombola, quem nasceu no Quilombo, quem cresceu no Quilombo, quem vive no Quilombo até hoje, como alguns que estão aqui. As dificuldades que essa população enfrenta, a exclusão social que essa população enfrenta, a gente é excluído até nos momentos de fala. Parabéns, professor Roberto por na sua fala abrir espaço para as comunidades quilombolas, para trazer os seus anseios. Tanto se falou sobre a Mussuca hoje aqui, mas o que é que está acontecendo na Mussuca? Talvez alguns ficam com interrogação, não é isso? O que é que está acontecendo na Mussuca? A Mussuca, ela tem uma ligação tão forte com Aracaju que vocês não imaginam. Para vocês terem uma ideia, historicamente falando, Aracaju vai completar 170 anos, não é isso? No próximo dia 17, boa parte das casas construídas em Aracaju nos seus bairros mais antigos, os materiais de construção, eles vêm de onde? Da Mussuca. Qual é, quais eram os materiais de construção na época? Cal e a rocha calcária que é quem dá origem ao cal, trazidos de Saveiro até a rua da frente, ali desembarcava e era vendido naqueles bairros. Então nós temos uma ligação com a capital. Agradeço o espaço pra gente trazer a nossa demanda, que é uma demanda que não é fácil, que é uma demanda que a gente tá tratando aqui de direitos humanos, a gente remete até a questão da segurança, que a gente sabe que onde o capital ele está os riscos existem e a gente vê aí acontecendo, principalmente quem se coloca como líder quilombola. O que pode acontecer com você? A questão da vulnerabilidade, não é isso? Mas a minha ancestralidade, ela não

deixou, não me fez ficar parado nesse momento e fez com que eu instigasse meus colegas, assim como eles me instigaram também a lutar pelo território. Pelo território quilombola de Mussuca. A Mussuca, que tem mais de 6 mil habitantes. A gente não está falando aqui de um lugarejo qualquer. E do ponto de vista cultural, de cultura popular, a Mussuca, ela é além de cultura popular, ela não é apenas cultura popular. Se você passar ali no largo da gente sergipana, você vai encontrar lá várias estátuas que fazem parte do contexto folclórico de Sergipe, que metade delas é da Mussuca. A minha mãe, por exemplo, ela dançava samba de pareia. Por que dançava e não dança mais? Porque o capital exclui os que vão ficando mais velhos, são excluídos, são deixados de lado. Mas vamos ao que interessa. O que é que está acontecendo na Mussuca? O território da Mussuca, ele já foi demarcado com o trabalho antropológico, feito pelo antropólogo Wellington, o qual eu, como professor geógrafo e André como historiador da comunidade, ajudamos no desenvolvimento desse trabalho. O relatório antropológico está pronto, a demarcação territorial. O que falta é a titulação das terras. E agora chega uma grande empresa mineradora querendo implantar um projeto de mineração dentro do território quilombolas no coração da comunidade, com casas que ficam a menos de 100 m da propriedade para extrair câncer de pulmão, pessoal, a coisa é tão séria que vocês não fazem ideia. Alguém aqui conhece a Mussuca? Eu discordo de vocês. Vocês sabem onde fica mais ou menos a Mussuca. Mas conhecer a Mussuca de fato, primeiro a Mussuca, ela é uma espécie de península. Sabem o que é uma península? É uma porção de terra rodeada por águas, não é isso? E nós temos Mussuca, limitando a Mussuca o Rio Sergipe que vocês já ouviram falar, não já? Aqui, o Rio Sergipe, grandioso na sua Foz, no encontro com oceano, né? Entre Aracaju e Barra dos Coqueiros. Esse Rio ele passa na Mussuca. Essa propriedade a qual tanto se refere que quer implantar uma mineradora fica às margens do Rio Sergipe. Então eu estou trazendo aqui, Roberto, um problema que não é exclusivo da Mussuca. Os pescadores de Aracaju serão também afetados. Os pescadores de Barra dos Coqueiros serão afetados. Os pescadores de Santo Amaro das Brotas, de Nossa Senhora do Socorro, de Maruim, todas essas cidades que estão próximas da mineração Mussuca, da mineração de cimento nacional que quer implantar dentro do território de Mussuca serão afetados. E aí eu trago para vocês aqui, não tenham medo não, porque não é uma bomba. Olha só, eu vou ler dois trechos para ver se alguém aqui se recorda. Um dos trechos diz assim: “desafios para a valorização da herança africana no Brasil.” Alguém ouviu esse tema nos últimos dias? Esse tema foi o tema da redação do último Enem. O outro tema, “desafios para a valorização de

comunidades e povos tradicionais no Brasil.” Esse tema foi o tema da redação do Enem de 2022. Mas nós, da Mussuca, não queremos apenas ser tema de redação do Enem. Nós queremos mais. Nós queremos sair da teoria e ir para a prática. Nós queremos que os nossos direitos sejam garantidos. Se o território foi demarcado, porque agora a Cimento Nacional, que é detentora de mais de uma propriedade dentro do território, ela quer chegar e quer fazer uma proposta para a comunidade onde ela quer trocar uma propriedade em outra propriedade que também está dentro do território. É como se você chamasse pra trocar o meu celular em minha caneta e eu achar que fiz um bom negócio, concordam comigo? Então pessoal assim, pedimos encarecidamente pra gente, vamos nos somar nessa luta pra que? Para que a comunidade não venha desaparecer. O Léo falou, aqui quebra todo o sentido de Quilombo. O que é Quilombo? O Quilombo, por definição, são locais onde você vai ter colinas, locais de difícil acesso, hoje não, porque você tem as estradas que levam até em todas as áreas do quilombo, não é isso? Mas se você destruir aqueles morros que ali existem, e aí vários exemplos aqui foram dados, brumadinhos, o que é que pode vir a acontecer? A menos de 100 metros da propriedade está a UBS, a Unidade Básica de Saúde. Está a creche, onde as crianças... E aí, aproveitando que Léo está aqui, em qual momento o poder público municipal se manifestou com relação ao que está acontecendo na comunidade? Em nenhum momento isso aconteceu. Ou seja, se o professor Mussuca, junto com o André Luiz, com o Evejan, com o Clédson, com as meninas que vieram também, Alaide, Rosilda, com o Léo, se a gente não tomasse a frente com a professora Givalda, que está ali, minha sogra, já ia brigar comigo por eu não ter citado o nome dela. Se a gente não fizesse frente e resistisse a tudo isso, e tentasse resistir até esse momento, a coisa já teria acontecido. Jaílson, você não tem medo não, claro que eu tenho medo. Eu volto daqui e vou para a minha casa. Eu volto para o lugar onde está acontecendo o conflito. Porque isso é um conflito. Vocês sabem que isso é um conflito. Vocês têm noção que isso é um conflito. Um conflito que envolve bilhões. E aí vem o meu irmão que é pescador. Como é que ele vai pescar? Eu venho de uma família de 9 irmãos. Só eu consegui entrar na universidade. Orgulho danado, minha mãe tem disso. Eu também tenho. Por que eu falei que eu não iria perder a oportunidade de estar aqui na tribuna, porque eu nunca me senti tão importante. Apesar que importante para mim, sem desmerecer vocês, é a minha comunidade. São os povos que estão lá. Como é que o direito ambiental, ele diz, já falando em direitos humanos... Nós estamos falando aqui de direitos humanos. Isso. Como é que o direito ambiental, ele diz, que todos têm direito a um meio ambiente

saudável, todos que estão aqui e todos que irão nascer ainda, os futuros. E aí o que é que a gente, no momento, tem para solucionar o problema? Foi passado para a gente. E aqui a comissão temporária é testemunha disso. E o próprio Ministério Público chegou e disse: “vai ter que existir uma eleição para a comunidade decidir se quer ou não a implantação da mineração dentro da comunidade”. Vocês não acham um absurdo eu ter que decidir o meio ambiente que essa geração futura vai receber, que o meu filho vai receber, em uma eleição, entre aspas, um plebiscito. Usa-se o termo eleição porque pensa que no quilombo não tem pessoas que sabem diferenciar. Aí usam o termo eleição, mas um plebiscito. Agora vocês imaginem. Vamos fazer um plebiscito aqui. Alguém vai chegar aqui com uma bomba de gás e vai lançar aqui nessa tribuna. Esse gás é letal. Mas vai ter uma oportunidade para uma votação, Vereador Camilo. Se 51% decidirem que é para lançar a bomba, a gente lança e todo mundo morre. Vocês acham justo os 49% que não aceitaram terem que morrer juntos? Não é uma perversidade tamanha? E o poder econômico? Então, muito obrigado. O meu tempo se esgotou. Eu só queria trazer para vocês o que está acontecendo na Mussuca, porque muito se falou aqui sobre Mussuca. O que está acontecendo é, o território está sendo ameaçado por uma mineradora que quer trocar uma propriedade que já está dentro do território em outra propriedade que já está dentro do território. No mais, muito obrigado pela atenção de vocês e obrigado pelo convite.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Aqui, professor, a gente tem uma prática nessa casa que todos os projetos você tem uma ideia que a gente volta, que a gente debate, a gente traz os interessados para debater. Estou vendo aqui dona Ivana, no ano passado, a gente nas aprovações aqui de subsídio e dos projetos aqui nosso para regulamentar esse projeto. Dona Ivana, sindicato, todo mundo vem, dialoga, então essa casa aqui é uma casa de debates, né? Eu gostei muito da sua fala que você cita, né? O impacto que isso pode trazer para a cidade de Aracaju e nós estamos na nossa casa legislativa, aqui é a casa que forma a opinião pública da cidade. Então é muito importante que Aracaju saiba, né, desse debate que está acontecendo, desses riscos, como o senhor comenta e vamos tocando, quero aqui registrar a presença da nossa companheira e ex deputada, professora Ana Lúcia. Quero aqui convidar também para fazer, fala Alberto. Marcos Santos, o Betinho, que é membro da CUT, pode usar a tribuna, pode falar de baixo? Faça como preferir, Betinho.

ALBERTO MARQUES – DIRIGENTE DA CUT SERGIPE

Boa tarde a todos e a todas! Saudando aqui a Mesa, na pessoa do Vereador Camilo, é saudar as autoridades aqui do estado, do professor Roberto, a mulher. É Jandira, né? Eu trago aqui uma diferenciada aí dentro da matriz energética, uma preocupação que a gente deve se debruçar que tá que acontece há anos aqui no baixo São Francisco e na região Continguiaba, é a queima da cana de açúcar. É um problema sério que trazem perdas econômicas, de saúde, de violação do direito da saúde e dos moradores rurais e urbano, porque não é um efeito só para a população rural, a população urbana das cidades circo vizinhas, ela sofre com o problema da fumaça, do calor. Para se ter uma ideia, na cidade de Muribeca, a menos de 10 m tem um canavial e um conjunto habitacional que quando é incendiada a cana esquentas as moradias. É um problema sério de Muribeca e várias outras cidades, porque antes a gente tinha a concentração da cana só no Vale do Cotinguiba, mas hoje em dia se estendeu para o platô, que antes era para produzir fruta e hoje já só produz cana. Então é um problema sério. Para se ter ideia do problema econômico que a as populações urbanas sempre reclama, a população limpa a sua casa e quando por volta de 5 horas é invadida por um monte de cinza. Tem pessoas que sobrevivem da lavagem de roupa. E essa lavagem de roupa não é automática como é em alguns outros países, em outros estados. E passa a semana sem poder lavar a roupa, porque não pode estender por causa da queima de cana? Porque os manchões que ficam que não queima durante a noite, os cortadores colocam fogo durante o dia e termina queimando o dia todo. Então tem fumaça e fumaça e cinza o dia todo, e assim não tenho uma regulamentação. E eu acho que a gente precisa se debruçar nesse assunto e trazer aqui é Camilo essa questão, também a gente estender a assembleia legislativa, que é um problema de estado, né? Iniciando aqui por essa audiência pública aqui na Câmara, e que a gente possa estender o problema para todos os órgãos envolvidos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Muito bom, Betinho. Convido Givalda para fazer uso também da fala. Pode vir, Givalda. Se quiser falar daqui de cima, pode vir da tribuna. Givalda, quer falar daí? Libera o som aqui de Givalda?

GIVALDA MARIA DOS SANTOS – COMUNIDADE QUILOMBOLA POVOADO MUSSUCA

Eu sou surda. Eu pedi uma tradutora, porque em todas as falas eu faço leitura labial, eu sou professora da Rede Estadual do Ensino, professora em fase de

aposentadoria, e requeri alguém que pudesse me ajudar para a gente entender melhor. Então, eu faço a leitura labial, um esforço muito grande e compreendo. Escuto, mas não compreendo todas as falas. E uma das falas que eu menos compreendi foi as dele, porque ele falou baixo. Então, eu uso aparelho. Como eu estou no grupo de surda, então eu acho importante e aí requisei alguém que pudesse me ajudar. Gratidão, viu? Quero agradecer ao professor Camilo. Eu sou nascida e criada na Comunidade Quilombola de Mussuca. O professor Jailson, cadê ele? Esqueceu, não é, que somos quatro mulheres? As quatro mulheres aqui, realmente, elas estão à frente, somando com os homens. Para a gente não estar sendo fácil. A gente, inclusive, está em uma outra atividade, eu fui chamada rapidamente porque ela está aqui na SPU, e eu vou fazer uma fala muito rápida. E eu queria começar justamente colocando, não é uma provocação, dizendo que todos nós precisamos um do outro e que a gente não faz nada sozinho ou sozinha. Os movimentos sociais aqui presentes, alguns deles a CUT, o Sindicato de Trabalhadores do Cimento, eles conhecem já a realidade da Mussuca, desde 2019, nós somos surpreendidos e surpreendidas pela Cimento Nacional. De lá para cá, é uma luta intensa. Já fizemos algumas manifestações na comunidade. Nesse momento, quero pedir ao presidente da CUT, aos parlamentares, a Camilo, que é vereador da cidade, a Jandira, eu gravei muito o seu nome, Jandira, aos Direitos Humanos, que nos acompanhem, porque, de fato, a gente precisa de vocês. A gente já tem um estudo que, daqui a 100 anos, a Mussuca não mais existirá. E quem trata desse assunto, quem trabalha no sindicato, quem conhece minimamente as questões ambientais, sabe que é possível, se isso acontecer, daqui a alguns anos, a nossa ancestralidade terá fim. Eu sou da quinta geração dos povos escravizados. Alguns povos que estão aqui são da sexta, então, é uma geração recente. E a gente não quer, de forma alguma, culpabilizar as pessoas. A gente só quer que as pessoas entendam o contexto. E aqui eu trago, assim, falar da Comunidade Quilombola de Mussuca é exatamente remeter ao período da escravidão. Quem passou pelo período da escravidão, eu sou da década de 60, então eu sei o que é o Papa Figo, o Tirador do Figo, eu sei o que foi a ditadura, o que a ditadura representou para nós. Eu sei o que a escravidão representou e representa até hoje para nós. Então, é pensar no racismo estrutural. Não é fácil ser chamada de negra preta da Mussuca. Eu sou professora, mestre na área da educação. Assim como o Jailson e André, eles sabem de toda essa luta, desse processo. Quem é de comunidade ribeirinha quilombola, comunidade tradicional, sabe o que é isso. Então, a gente vive o racismo estrutural, a gente vive o racismo institucional, a gente vive o racismo cultural, o racismo ecológico,

o racismo individual. A Mussuca enfrenta todo esse tipo de racismo, sem contar a anuência de alguns do poder econômico e, infelizmente, de alguns políticos, porque não é possível, a gente passou por várias audiências. Hoje, a gente teve a surpresa. Isso tudo é uma luta. A Procuradora-Geral da República, hoje, a gente teve a informação, professor Roberto, que foi anulado o estudo que a ADEMA, os órgãos federais, na área do meio ambiente, fizeram na Mussuca. Então, a doutora Gisele, ela anulou, certo? Porque essas instituições tinham feito um estudo nessa comunidade e sendo favorável ao Cimento Nacional. Eu quero aproveitar e pedir, pedir não, fazer uma solicitação aberta ao vereador, são dois vereadores eleitos em Laranjeiras, que promova uma audiência na cidade, busque, convidem as instituições, a CUT, os sindicatos para poder levar as informações, professor, Doutor Léo, porque a gente fica muito triste com alguns posicionamentos. A gente ressalta que a gente não está aqui para acusar ninguém, mas infelizmente é muito doloroso a gente ouvir ainda isso ou aquilo como justificativa de que a Cimento Nacional pode entrar num território, especialmente depois que tudo que o professor que estudou, que fez a defesa da sua tese na Universidade Federal de Sergipe sobre o território. Então, é importante. A gente não acredita que desenvolvimento social, econômico que ele chegue como forma de violar os direitos humanos. Não existe desenvolvimento econômico violando os direitos humanos. Eu acho que minimamente temos que ser corresponsável por isso. E não é possível que as pessoas que conheçam a comunidade ainda se coloque à disposição de fazer uma discussão, como professor Jaílson disse, uma eleição para decidir se a Cimento Nacional entre ou não na Mussuca. Quem conhece a realidade e as lutas e a trajetória dos movimentos sociais e das comunidades quilombolas, ribeirinhas sabe muito bem o que é a divisão da família, não é? A dor no dia a dia que a gente tem de algumas pessoas se posicionarem a favor e outros se posicionarem contra. Então, a gente não precisa de mais pessoas, de instituições que cheguem à comunidade e sejam favoráveis a uma eleição. Para nós, é absurdo. A gente respeita a posição, certo? Mas para nós é absurdo. Então, nesse sentido, a gente fazer essa convocatória ao vereador para que ele possa chamar essa audiência pública, convidando essas instituições que já foram à Mussuca, que já conhece a realidade do território para que a gente possa fornecer mais subsídio a vocês, nesse caso, porque temos a Câmara de Vereadores de Laranjeiras e conclamar a essas instituições que lute conosco. Porque não tem sido fácil, eu resido aqui em Aracaju, todo mundo sabe, embora a mesma preocupação que Jaílson coloca, eu também tenho medo, porque a Cimento Nacional é uma empresa. E outra coisa, nós

passamos recentemente por uma questão muito séria. Jaílson, André que eu acredito que já está indo para SPU, eles colocaram uma condição. E qual era a condição da comissão? Colocado no Ministério Público Federal que a Givalda Maria dos Santos Bento saísse da comissão de frente da luta pela não mineração na comunidade de Mussuca. Então, não é fácil. A Cimento Nacional colocou essa condição, porque eu nasci e me criei lá na comunidade, vivo lá. Tenho um vínculo de todas, de todos, mas ainda assim, eles colocaram essa condição. Então, a gente vive também sobre essa ameaça. Ameaça de vida, ameaça de nossa comunidade, de ser soterrada, da gente não sobreviver, porque a gente sobreviveu da pesca, a gente sobreviveu da roça. As nossas famílias, aquele território nos pertence. E a nossa terra deve e tem que ser devolvida para aquelas pessoas que historicamente procuraram através, no período de escravidão, porque somos mais velhos do que a cidade de Laranjeiras. A gente tem aproximadamente 600 anos aproximadamente, a gente tem mais de 500 anos de existência, a comunidade. E agora, a gente, mais uma vez, os nossos ancestrais buscaram o local para que nosso povo pudesse criar seus filhos e hoje a gente se sente ameaçado. Então, é colocar isso pra vocês, não é? Eu estou um pouco tensa, porque a gente recebeu um recado que tem que sair daqui para SPU agora que está tendo uma atividade lá, e as meninas, a gente se dividiu e as meninas estão lá também preocupada com o que está ocorrendo. Então, agradeço ao Camilo. Camilo, você é uma pessoa que pode, você é oriundo do movimento social e você pode estar contribuindo a Jandira, aos Direitos Humano, ao professor Roberto e a todas as pessoas que estão ligadas aos movimentos sociais para nos ajudar. Gratidão.

DOUTOR LÉO – VEREADOR DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

Vereador Camilo, pela ordem.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL - PT

Tá.

DOUTOR LÉO – VEREADOR DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

Só pra dizer a Givalda, a líder lá, uma das lideranças lá da Mussuca, que no primeiro momento que eu cheguei aqui que vi a ambientação da temática, na mesma hora eu pensei em fazer algo parecido. Só que no decorrer até algo mais amplo, não só em relação a Cimento Nacional da Mussuca. Há pouco eu contatei aqui o Roberto da CUT sobre a situação do caxixe da Usina Pinheiro, Aí veio outro colega da CUT e falou

sobre a queima da cana. Então, acredito que a gente consegue fazer uma audiência pública com agenda bastante positiva. Vou contatar a senhora para me ajudar nisso, certo? Camilo, pessoal da CUT, pessoal dos movimentos sociais aqui, que estão inseridos, para a gente fazer uma boa audiência pública lá. Vou solicitar o espaço, ver a questão da agenda de todos vocês e levar esse debate para lá também, não só da Cimento Nacional – para a gente não ficar com o tema um pouco limitado – mas também inserir a questão da Votorantim, com o pó do cimento lá, com a questão da usina, das fazendas lá dos canavieiros, com toda a poluição. Então acredito que a gente consegue fazer isso, sim. Acato a sugestão e vamos tocar isso aí. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Muito bom, vereador Léo. Eu não vi mais nenhum inscrito aqui, mas se alguém ainda da Mesa quiser fazer alguma colocação, você quer Roberto? Não? Quer não? Bom, então eu quero aqui agradecer a presença de todos aqui nesse dia. Aqui a senhora Andréa Lima, representando a prefeita Emília. Doutor Léo, Léo foi eleito ano passado, né Léo, e já tá aqui participando das atividades. Parabéns pela sua disposição. Jandira, companheira da CUT, Roberto, presidente da CUT, Antônio Megali, da CUT Brasil, o Gonzalo Berron, que representa a Fundação Friedrich Ebert Brasil. Ah, não. Foi Givalda. Ela não está me ouvindo hoje. Ismael César, representante do Conselho de Direitos Humanos. Agradeço a presença de todos. Lucas, Lucas estava inscrito. Pode falar, Lucas.

LUCAS MATOS – CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES

Boa tarde. Eu tinha declinado a inscrição, mas uma boa tarde a todos e todas, ao vereador Camilo, a toda a Mesa, principalmente a todas as mulheres. Minha inscrição, aproveitar que estamos ao vivo, tanto na TV Câmara de Aracaju e tanto no YouTube, é utilizar o espaço aqui para convocar a população de Aracaju a acompanhar a votação do veto ao PL 124, de 2024, de autoria do Vereador Camilo Daniel, que tira o subsídio das empresas do transporte público para aquelas empresas que não estão cumprindo com a lei trabalhista e não estão com as suas certidões legais. Então, convidar a todos e todas que estão acompanhando nós, eu não sei qual é a minha câmera, acho que é aquela ali. Então, convidar toda a população de Aracaju para estar acompanhando amanhã, na sessão ordinária aqui na Câmara, caso a Prefeita de Aracaju, junto com os vereadores da bancada, da situação, não derrubarem a votação de novo, a gente espera derrubar esse veto também, convidar todo o movimento social e o movimento popular para poder

estar aqui amanhã, a partir das 8h30min, na frente da Câmara de Aracaju, para pressionar os 26 vereadores daqui para que derrubem esse veto. Porque ele não é inconstitucional, a proposta do Vereador Camilo é que o dinheiro público seja repassado para as empresas de maneira responsável e não de forma irresponsável da forma que está sendo passada aí. Os trabalhadores de transporte público e os usuários de transporte público de Aracaju merecem respeito. Então, obrigado ao Espaço, ao Vereador Camilo, e parabéns à CUT e às demais organizações que realizaram essa audiência pública aqui hoje.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Dona Ivana, né? Também quer dar uma palavrinha. Fique à vontade. Daí, daqui de cima, a senhora é que manda.

IVANA OLIVEIRA RODRIGUES – COMISSÃO DOS EX-RODOVIÁRIOS DO GRUPO PROGRESSO

Boa tarde a todos. Quero agradecer a oportunidade. Venho aqui representando os ex-rodoviários do Grupo Progresso e convocar a todos que aqui estão e que possam amanhã somar com a gente na manifestação para a derrubada do veto da prefeita que dá um cheque em branco. O que ela quer fazer exatamente isso, passar um cheque em branco para empresas que não honram com os seus compromissos trabalhistas. Eu represento a Comissão dos Ex-rodoviários do Grupo Progresso, que somos, hoje, 669 no TRT há mais de 10 anos para esperando para receber nossas rescisões trabalhistas. Isso é indecente, é imoral. Então, a proposta, o projeto de Camilo, nós ajudamos o ano passado fazendo manifestação aqui, foi aprovado por unanimidade. Que é nada mais, nada menos do que moralizar o serviço público e o dinheiro público. Subsídio é dinheiro nosso, são nossos impostos que são repassados para as empresas. Que no caso da Progresso, eu posso falar porque eu trabalhei quase 9 anos, tem 6 anos que eu saí e ainda não recebi minha rescisão. Não recebi meu FGTS, porque há mais de 15 anos que ela não repassa para a Caixa Econômica, ela não cumpre nenhuma obrigação trabalhista, fiscal ou social. Quem acompanha as redes sociais viu, ontem, que teve a quebra do sigilo, estava sobre segredo de justiça, na verdade, todas as investigações e foi comprovado que há fraude através do seu empresário, que foi transferir todos os bens da empresa, do grupo que ele representa, que é dono, da pessoa dele, física, como ele, a esposa e os filhos, para empresas laranja, empresas de fachada. E isso foi feito para quê? Para que não pague, não honre os seus compromissos. Que não é justo, como nós temos

colegas com mais de 33 anos trabalhando e foi demitido sem receber um centavo. E a prefeita, quando vereadora aqui, eu estive aqui denunciando quando a gente fez a primeira manifestação foi aqui na Câmara de Vereadores e ela disse que ficou, assim, horrorizada com a nossa situação. Como é que nós trabalhávamos e não recebíamos. Eu gostaria de saber se os vereadores tivessem que passar por isso que nós passamos, a humilhação de estar lutando para receber um direito que a lei nos garanta. Está na Constituição, 10 dias após a demissão, nós temos colegas com mais de 10 anos esperando para receber, sem direito a nada, porque a lei não é aplicada. Agora que nós avançamos e que foi provado. O que nós queremos é isso, convocar toda a população, todas as classes que aqui estão representadas para, amanhã, a gente aqui em frente à Câmara de Vereadores, fazer a manifestação, pressionar os vereadores que, vergonhosamente, se ausentaram para não dar quórum, para que esse veto seja derrubado e que prevaleça. Como assim? Manter o projeto de projeto de lei do Vereador Camilo, dá moral e dignidade ao dinheiro público e aos trabalhadores. Eu quero afirmar, assim, que eu como ex-rodoviária, com os subsídios, nós não temos direito a receber absolutamente nada sobre o subsídio. Mas, eu não penso que eu já saí e que eu não tenho esse direito. Mas, um filho meu pode vir precisar trabalhar nessa empresa, um sobrinho, um vizinho, um amigo e eles não precisarem passar pela humilhação que nós estamos passando. Somos mais de mil pessoas, porque alguns ainda não foram sentenciados. Dizendo também ressaltar e esclarecer a vocês, temos colegas que cometeram suicídio porque eu fui demitida estava com 58 anos. Então, assim, em Aracaju dificilmente a gente consegue emprego. E quando você bate de frente, como eu estou na comissão de frente, sou perseguida e sou ameaçada, mas isso não me intimida. Sabe por quê? Porque eu aprendi que eu tenho que fazer com as pessoas o que eu quero que façam comigo. E eu estou lutando por pessoas e por gerações que vão vir depois de mim a ter direito, dignidade e, a saber que o meu dinheiro está sendo bem aplicado. O que a prefeita está querendo fazer, quando o vereador aqui, ela não estava no dia da votação, mas o vice-prefeito votou a favor e, hoje, está se posicionando contra. Gente, deixar esse subsídio que ela subiu de 26 milhões para 40 milhões. É muito dinheiro para uma empresa que não paga, que desvia, que deve inclusive ao município impostos que também não paga. Receber e fazer o que bem quiser, é dizer assim, eu vou lhe dar tantos milhões, você bota no bolso e vai para a Europa curtir. Porque não paga o trabalhador, não paga imposto, não paga quem trabalha porque tem 4 meses de salário atrasado, 4 meses de *ticket* alimentação, 6 anos sem dar férias aos motoristas, 3 anos sem pagar 13º.

Então, isso assim, só acontece aqui. Cadê a justiça? Cadê o Ministério público do trabalho? Cadê as leis? Cadê o Ministério do trabalho de Aracaju, de Sergipe? Ninguém se posiciona. Nós estamos lutando contra grandes, mas, assim, a gente não se intimida, porque eu vou continuar denunciando, vou continuar brigando e apoiando o que é justo. Porque não é justo eu trabalhar, está com 64 anos e está me humilhando para receber 9 anos que eu trabalhei nessa empresa. Obrigado a todos.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Dona Ivana, receba o nosso abraço. Ismael. Libere o som aqui.

ISMAEL CÉSAR – CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Bem breve. É só informar aqui que o conselho nacional de direitos humanos recebe diretamente qualquer cidadão ou entidade pode fazer diretamente denúncias ao conselho nacional de direitos humanos. A gente faz recomendações, resoluções, se for o caso, inclusive, missões *in loco* para verificar aquela denúncia. Então, fiquem à vontade. Então, faz diretamente por e-mail, o conselho nacional de direitos humanos, depois de sair vocês procuram o endereço, mas, é possível fazer e, portanto, nos colocamos à disposição de qualquer denúncia ou qualquer questão que vocês, por ventura, julguem necessário. É isso. Obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Passar também a palavra para Álvaro aqui, presidente do Sindimina.

ÁLVARO LUIZ– PRESIDENTE DO SINDIMINA SERGIPE

Boa tarde. Camilo, queria agradecer muito a você por abrir esse espaço para a gente, ao pessoal da CUT que eu já fui, participei em Recife, e adorei ter vindo para Aracaju para ter essa oportunidade do nosso estado de fazerem aqui para a gente levantar vários problemas. Mas, teve uma coisa que me chamou atenção aqui, foi a palavra do Jailson. Quando, eu muitas vezes, em eventos da mineração, quando eu falo um negócio que é muito interessante, quem sabe de mineração é o mineiro, porque é quem vive. E quando ele falou, eu achei ótimo, quando ele falou: “Alguém aqui conhece a Mussuca?” Ele foi muito elegante quando ele disse: “Discordo de vocês. Quem conhece a Mussuca é quem nasceu, quem se criou, e quem vive lá.” A gente não conhece. A gente passou algumas vezes lá, foi algumas vezes. E é como a mineração, e como eu falo, mineração vai ser discutida, votada por quem não conhece a mineração,

não vive a mineração, porque tem pessoas que por passarem 2, 3 horas em uma mina, conhece a mineração. É a mesma coisa da Mussuca. E eu falei isso em Brasília, quando eu disse: “Aposentadoria especial, foi votada por quem não conhece, por quem não passou. Não é em uma mina, é entre na rotina do mineiro”. Como o Sérgio falou, quer conhecer o que é um trabalho do eletricitário, suba. Vá trabalhar a 20 m de altura e com uma rede energizada. Não é 110 lá em cima não, gente. Não é 220 não, que também mata, mas é 9.000, 60.000, e por aí vai. Então, quem tem que falar de mineração é um mineiro. Quem tem que falar de energia é o eletricitário. Quem tem que falar da Mussuca, é quem mora lá, quem conhece, quem vive aquela realidade. Então, tudo o que se tiver, na minha opinião, que se falar daquela categoria, daquela comunidade, tem que chamar ele e ouvir, porque sinceramente, a gente não sabe. Eu conheço a Mussuca já fui, conheço não, fui lá algumas vezes. Mas eu não conheço a realidade dele, como eu não conheço a realidade do Roberto, como eu não conheço sua realidade de vereador, nem a dele. Então, bicho se não participar, a gente dança. Valeu? Muito obrigado Camilo. Obrigado a CUT.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA CAMILO DANIEL – PT

Nós que agradecemos a Álvaro, sua fala. Parabéns aqui. Bom, eu aqui não tenho mais ninguém, Gideão você não. Aqui, todo mundo já falou. Então, agradeço a presença das autoridades, dos convidados presentes, de todos que assistiram essa sessão por meio da TV Câmara. Aproveito para agradecer aqui a todos os servidores da Câmara de Vereadores de Aracaju, pessoal que está aí trabalhando atrás dessas telas para chegar na TV Câmara para o povo nosso ter direito de assistir. Nosso companheiro China aí que está fazendo as fotografias, muito obrigado. Obrigado a turma que está na sonoplastia, o cerimonial aqui desta Casa, a Taquigrafia, que é para não dar ciúme, né? Aqui. Então, eu agradeço muito a todos e declaro encerrada essa audiência pública com o canto, aliás, não teremos o canto do hino de Sergipe por hoje, por questões técnicas, mas declaro encerrada essa audiência pública. Boa tarde a todos.

[AUDIÊNCIA ENCERRADA]

Texto revisado por Danilo S. Sodré.